

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.894, DE 1997 **(Apensos os PLs 223/99, 4.883/99, 2.870/00 e 4.188/01)**

Dispõe sobre a venda e locação de fitas de vídeo com cenas de sexo explícito.

Autor: Deputado ELIAS MURAD

Relator: Deputado EDMAR MOREIRA

I - RELATÓRIO

Tem esta proposição o objetivo de determinar que fitas de vídeo com cenas de sexo explícito só possam ser vendidas ou alugadas a maiores de 18 anos, mediante anotação do número da carteira de identidade pelo estabelecimento que efetuar a venda ou locação.

A este projeto foram apensados os seguintes PLs:

PL 223/99 – de teor bastante semelhante à proposição inicial.

PL 4.883/99 - determina que os vídeos de conteúdo erótico ou pornográfico devam ser expostos em espaço reservado, cujo acesso será permitido apenas aos maiores de dezoito anos, com multa de R\$ 500,00;

PLs 2.870/00 e 4188/01, que alteram, ambos, os arts. 77 e 256 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de que os proprietários, diretores, gerentes e funcionários de empresas que exploram a venda ou o aluguel de fitas cuidem para que não haja venda ou locação em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.

Cabe a esta CCJR o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

Aberto o prazo legal, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

As proposições em exame atendem aos pressupostos de constitucionalidade relativos à competência da União (art. 22 da CF), ao processo legislativo (art. 59 da CF) e à legitimidade de iniciativa (art. 61 da CF).

Contudo, creio serem os PLs 3.894/97 e 223/99 inconstitucionais, quando determinam que os vídeos com cenas de sexo explícito somente podem ser vendidos ou alugados mediante a apresentação de documento de identidade cujo número, data e órgão de expedição deverá ser anotado pelo estabelecimento. Tais determinações, penso, ferem o inciso X do art. 5º da Constituição Federal, que diz serem “invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”.

Não há problemas quanto à juridicidade.

Quanto à técnica legislativa, os projetos devem ser adequados à LC 95/98, que determina que o primeiro artigo do texto deve indicar o objeto da lei e seu respectivo âmbito de aplicação.

No mérito, os projetos de lei analisados são oportunos, na medida em que visam à proteção da integridade moral das crianças e adolescentes, que ainda estão em fase de desenvolvimento físico, mental e emocional, evitando abusos e distorções na formação da sua personalidade.

Finalmente, entendo ter o substitutivo aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família apreendido o verdadeiro sentido dos projetos ora analisados, que é o de ampliar a proteção já existente no ECA. Voto, pois, por sua aprovação, com as emendas que apresento para melhor adequá-lo à LC 95/98 e aos tempos atuais.

Ante o exposto, voto pela inconstitucionalidade dos PLs 3.894/97 e 223/99, pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e no mérito, pela aprovação dos PLs 4.483/99, 2.870/00 e 4.188/01, e, finalmente, pela aprovação do substitutivo da CSSF, com as emendas que apresento.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputada EDMAR MOREIRA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 3.894, DE 1997

Altera os arts. 77 e 256 da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao substitutivo o seguinte art. 1º, renumerando-se os seguintes:

"Art. 1º. Esta Lei trata da venda ou locação de fitas de programação em vídeo, DVDs ou programas gravados em qualquer suporte magnético, ótico ou optomagnético."

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado EDMAR MOREIRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 3.894, DE 1997

Altera os arts. 77 e 256 da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se, no art. 77, contido no art. 1º do substitutivo a expressão “, DVDs” entre as expressões “fitas de programação de vídeo” e “ou de programas gravados”.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado EDMAR MOREIRA